



[Recensão a] GOMES, João Pereira. Jesuítas. Ciência e Cultura no Portugal Moderno

Autor(es): Carvalho, Mário Santiago de
Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos
URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/29458>
DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0872-0851_42_14
Accessed : 12-May-2024 18:34:57

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



REVISTA
FILOSÓFICA
DE
COIMBRA

vol. 21 - número 42 - outubro 2012

vol. 21 - número 42 - outubro 2012

Fundação Eng. António de Almeida



que tais medicinas transportam consigo, e que ainda não são suficientemente discutidas entre nós.

Se é a partir deste paradigma de saúde que se propõem os objectivos da medicina, não se compreenderá portanto, o paradoxo entre uma medicina mais fria e técnico-científica, sublinhada pela especialização, subespecialização, sub-subespecialização, e aquilo que o autor chama de “arte prudencial aristotélica” (p. 37), que, no fundo, o autor defende, como uma filosofia em acção.

Assim, parece-nos destacada a encruzilhada da medicina: com todos os meios que agora estão ao dispor dos médicos, mas também dos doentes (de referir que a informação e a cada vez maior autonomia dos doentes é só por si um desafio à medicina: “antigamente, o fluxo de informação era unidireccional e o conhecimento estava quase exclusivamente na posse dos médicos. Agora a informação é partilhada e rapidamente acessível”, p. 44), será de supor que a medicina se tornará cada vez mais *especializada*, não na doença, mas sim no *doente*, mas tal ainda não acontece.

O facto de ainda encontrarmos na prática o paradoxo é sinal, quanto a nós, da adaptação que o autor refere. Precisamos, portanto, de reflexões cada vez mais interessadas na *medicina* e nos seus caminhos, que este livro apenas entreabre, pois é só nesse caminho reflexivo que se podem pôr os alicerces desse novo mundo e dessa nova medicina que, afinal, a todos nos interessa.

João Emanuel Diogo

GOMES, João Pereira. *Jesuitas. Ciência e Cultura no Portugal Moderno. Obra Selecta de Pe. João Pereira Gomes, S.J.*, org. por Henrique Leitão & José Eduardo Franco, Lisboa: Esfera do Caos Editores (Coleção Ciências da Cultura), 2012, pp. 349.

Num país alegadamente marcado pela «não-inscrição» resulta sobremaneira enigmático o facto de a sua história estar seccionada por «inscrições» que perduram aparentemente sem razão de ser. Uma delas, ligada ao antijesuitismo - e recentemente muito bem tratada pelo segundo dos organizadores do presente volume de recolha de estudos do erudito jesuíta João Pereira Gomes (1917-2002) – garante-nos que entre nós a modernidade se deve exclusivamente à reforma educativa universitária do Marquês de Pombal em fecunda oposição a um de-pauperado e calamitoso estado escolástico, qual o do ensino e das obras dos Padres da Companhia de Jesus. Trabalhando no silêncio dos arquivos e com a paciência e o vagar da discrição João Pereira Gomes foi um dos que entre nós mais lutou contra este mito e preconceito que infelizmente ainda se propala. Uma parte do seu trabalho (vd. pp. 347-49), que se encontrava disperso, acaba de ser

em boa hora resgatado, em jeito de selecta, por Henrique Leitão, investigador de pergaminhos sobejamente conhecidos no que toca à história da ciência portuguesa, sobretudo no período da modernidade, e pelo historiador José Eduardo Franco, a quem já nos referimos. Estão ambos de parabéns pela excelente iniciativa que não só tem a vantagem de coligir importantes dispersos como presta devida homenagem ao incansável e exemplar labor de um dos mais ilustres historiadores da Companhia de Jesus, haja sobretudo em vista o seu notável trabalho de 1960-63, *Os professores de Filosofia da Universidade de Évora, 1559-1759* (há evidentemente uma gralha neste título a pp. 348). Os organizadores, aliás, têm o cuidado de enquadrar a preciosa produção de investigação de J.P. Gomes, após uma rápida apresentação, acrescentando ainda uma oportuna resenha bibliográfica (p. 24, nota 23) que actualiza alguns dados, não vá o leitor desprevenido pensar que de 1976 para cá nada mais se fez neste campo. Infelizmente, porém, confinada ao sector das «actividades científicas» essa é a única nota bibliográfica que os organizadores nos oferecem, eles que teriam toda a competência para fazer idêntico trabalho sobre outras áreas da cultura, mormente a filosofia, que é o que aqui mais nos interessa. Evidentemente que o título da «selecta» indica sem rodeios o âmbito a que os organizadores se quiseram ater – ciência e cultura – e, de facto, o volume organiza-se em três secções afins – a ciência e os seus protagonistas (pp. 27-130), a cultura e os seus debates (pp. 131-234), a educação e as suas instituições (pp. 235-318) – mas entre os cerca de trinta e sete artigos que H.L. & J.E.F. acabaram por escolher, alguns – e nem sempre os menos importantes ou menores, em tamanho, é claro – dizem respeito à filosofia. Dir-se-ia, e com razão, que ela é compreendida na «cultura» e que o próprio J.P. Gomes preferiu a história das ideias à história da filosofia, mas este raciocínio, por válido que seja, subestima um campo em que a modéstia de J.P. Gomes lhe não permitiu divulgar como de facto se lhe devem dados e investigações imprescindíveis, ou que, só graças a ele, podemos hoje pensar numa reescrita da História da Filosofia em Portugal, sobretudo para os séculos XVI-XVIII. Saiba o leitor que ainda hoje a historiografia que deveria ser mais exigente nem sempre é sensível ao contributo de J.P. Gomes e nós mesmo, em artigo recentemente publicado («Il destino della metafisica nella modernizzazione dell'università portoghese all'epoca di Luís António Verney (1713-1792)», in G. Piaia e M. Forlivesi, *Innovazione filosofica e Università fra Cinquecento e primo Novecento*, Padova, 2011, pp. 227-243), fomos algo relapsos na omissão da sua obra. Está assim justificada a oportunidade do lançamento desta selecta, que os organizadores souberam dignificar com o acrescento de dois índices preciosos cuja falta seria grave: um de nomes próprios (mas aqui, além de termos notado ao menos um descuido, na confusão dos dois homónimos Baltasar Álvares, também lamentamos o desrespeito pela modo da onomástica antiga e medieval) e outro índice, de natureza ideográfica. O volume é ainda aprimorado com uma fotografia de J.P. Gomes, quando jovem. Concentrando-nos, agora no domínio que mais im-

porta aos leitores da *Revista Filosófica de Coimbra* cumpre salientar a relevância de pelo menos os estudos seguintes (é preciso notar que a sua extensão varia entre algumas linhas apenas e várias páginas): «Doutrinas Físico-Biológicas de António Cordeiro sobre os Sentidos» (de 1943); «João Baptista e os Peripatéticos» (1944); «A Filosofia Escolástica Portuguesa» (1942), castigando sobretudo Newton de Macedo e Hernâni Cidade; «Aristotelismo em Portugal» (in *Enc. Verbo*); «Conimbricenses» (*ibidem*); «'Mercúrio Filosófico'», identificando Paulo Amaro como seu autor (1946); «Os professores de Filosofia do Colégio das Artes» (1955); e «Évora e a sua Universidade» (1958). E entre os autores, mormente os filósofos, que merecem destaque, contamos, entre outros mais: Pedro da Fonseca, Manuel de Góis, Sebastião do Couto, António Cordeiro, o oratoriano João Baptista, Inácio Monteiro, Francisco da Costa, Baltazar do Amaral, Baltazar Teles, Soares Lusitano, Agostinho Lourenço, etc. Neste ponto desafiamos o leitor a tentar encontrar uma História da Filosofia em Portugal que conheça todos estes nomes! Os vários artigos, entre outros mais que aqui e agora teremos de omitir, variam muito de teor entre si, desde os que se limitam a recolher e carrear informação inédita sobre nomes e biografias, instituições e episódios mais ou menos decisivos – a sua maioria –, passando pela polémica de refutação – mais segura e paciente, aliás, do que circunstancial ou epidérmica – até aos que não temem avançar um pouquinho mais adentro de teorias filosóficas, dando-as a conhecer, explicando-as, contextualizando-as, assim derribando paulatinamente uma ignorância e um conjunto de preconceitos evitáveis, mas – repetimos – infelizmente duradoiros. De novo ressalta a importância da actividade que os organizadores denominam científica, tendo J.P. Gomes, neste domínio, contribuído decisivamente para se poder afastar de uma vez por todas a estafada visão post-pombalina. Neste capítulo, o autor insiste numa bandeira que nunca desfraldou ao acaso, mas de modo informado, paciente e seguro, a de que as obras de Copérnico, Galileu ou de Newton (entre outros mais) estavam longe de ser desconhecidas e assimiladas pelos jesuítas. Relevo particular ocupa aliás a matemática, nesta selecta. Mas também no campo da filosofia, J.P. Gomes ensinou-nos algo sobre a recepção de Descartes, Gassendi ou Leibniz. Sobretudo, e mais do que neste confronto, a relevância da persistente e sólida produção do padre P. Gomes atravessa aquele nível mais humilde, mas nuclear e imprescindível, qual o de nos capacitar com a informação objectiva que nos permita um dia – e qual? por certo ainda distante – chegar a escrever uma História da Filosofia mais rigorosa e menos ideologizada. Acresce um aprofundamento da lição, a nosso ver, relativa à importância insofismável do trabalho basilar de investigação paleográfica e histórica, cuja ausência no campo da Filosofia universitária é uma pecha e um sinal de menoridade. Sem falsos pudores, J.P. Gomes demonstrou definitivamente que também em Portugal o aristotelismo se diz no plural, mesmo entre os jesuítas; que não há uma linha continuada de decadência filosófica, antes um sinuoso e diversificado diálogo com a filosofia pura e simples, que

necessita a par e passo e em cada autor de ser estudada, explicada e demonstrada. O que mais lamentamos é que alguns anos depois ainda não estejamos à altura da sua lição e seja ilegível quase toda a historiografia filosófica de síntese publicada quer entre nós, quer lá fora e acerca de nós. Neste último caso, a responsabilidade é totalmente lusitana, faltando, já o tipo de trabalhos em que P. Gomes se agigantou, já a escassa produção segura numa língua estrangeira de divulgação, que permita repudiar dois paradigmas nefastos no que à nossa cultura diz respeito, o modelo baconiano de uma narrativa sobre a ciência centrada na Inglaterra (*Novum Organum*), e o cartesiano de uma narrativa sobre a filosofia, a partir de França (*Meditações Metafísicas*). Um exemplo, não integralmente bem sucedido, é certo, quis ser o recentíssimo *Portuguese Humanism and the Republic of Letters* (ed. M. Berbara & K.A.E. Enenkel, Leiden: Brill, 2012), mas uma coisa é certa e segura: ninguém se poderá aventurar a enveredar em quejanda incursão ignorando ou fingindo desconhecer as investigações de J.P. Gomes, que, naturalmente, ou esperam ser aperfeiçoadas, ou continuadas ou corrigidas, não obstante o seu conhecido rigor e fidelidade ao trabalho com fontes de primeira mão (leia-se a este respeito o testemunho de uma carta a Joel Serrão que os organizadores reproduzem a pp. 12). Serão, por isso, raros, os casos em que poderemos discordar da interpretação de P. Gomes. Pela nossa parte, por exemplo, não o acompanhamos na desvinculação taxativa da publicação (é certo que ele escreve antes cuidadosamente ‘composição’) da *Dialectica* conimbricense em relação à chamada *Logica Furtiva* (p. 166), pois temos dificuldade em perceber por que a não fazia já Sebastião do Couto ou a partir de 1597 ou só a terá realizado entre 1601 e 1604, além de que não podemos ignorar as palavras que abrem o volume ao leitor e que explicitamente se referem ao acontecimento, a nosso ver de polícia. E quanto à data da indigitação deste jesuíta para escrever a *Metafísica*, 1606 (*ibidem*), que toda a gente conhece, temo-la apenas como por consequente, posto que o mesmo confessa na sua *Dialectica* que o tencionava fazer (leia-se o que escrevemos nas pp. 31-33 da «Introdução Geral» à mais recente tradução *Comentários do Colégio Conimbricense da Companhia de Jesus Sobre os Três Livros Da Alma de Aristóteles Estagirita*. Tradução do original latino por M^a da Conceição Camps, Lisboa, 2010). Não poderíamos, nem quereríamos terminar esta tão breve quanto intensa notícia apreciativa da selecta que em boa hora os organizadores decidiram levar a cabo, sem deixar uma pergunta ou problema que salvo melhor juízo resulta directamente da notável intervenção de J.P. Gomes. Como a investigação deste autor se situa e justifica no combate ao modelo antijesuítico até agora em alguns círculos preponderante, e como com ela se acaba por provar – embora ainda não exaustivamente – que, por exemplo, no campo da filosofia, os jesuítas portugueses não se encontravam desfasados do que se passava além-fronteiras, como deveremos avaliar ou ponderar a *situação portuguesa* que justificou explicitamente a intervenção pombalina de reforma do ensino filosófico? Não cuidamos, evidentemente, da mais prosaica e demasiada-

mente humana razão política, esta mais bem conhecida, e de efeitos deletérios mormente para a metafísica. E já agora, e mais problematicamente: o que responder a idêntica pergunta no campo da ciência? Sem querermos, nem podermos, acrescentar nada ao que tem sido feito e dito, sobre esta última, por exemplo por U. Baldini, por H. Leitão, por L.M. Carolino ou por B.M Mota, quer-nos parecer que, no tocante à filosofia, um horizonte possível de resposta deverá passar por examinar e estudar atentamente o chamado eclectismo. No nosso artigo em italiano supra citado, e a propósito de Luis António Verney e de um ponto preciso do seu labor (algo assim como um ‘case study’), apontávamos esta corrente como uma das causas possíveis para a improdutividade histórica da filosofia que se fazia nas nossas fronteiras ou pela que era feita por portugueses além-fronteiras. Ora, quando J.P. Gomes opta por identificar as mais interessantes produções jesuítas como “eclécticas” (v.g. p. 160), ficamos com o seguinte dilema, que não saberíamos neste momento responder: ou esta caracterização da produção jesuíta é provisória e estudos mais profundos e aturados ajudar-nos-ão a torná-la mais fina e apurada ao ponto previsível do seu abandono – no que seria uma consistente atitude assaz digna da metodologia apenas aberta por J.P. Gomes – ou restar-nos-ia considerar aquela situação filosófica como inconsequente, verdadeira ou historicamente improdutiva e justificadora de uma qualquer intervenção regeneradora. Ou, e seria afinal um trilema, o nosso entendimento do eclectismo é pobre; mas, nesta hipótese, o encontro de ambos os lados da barricada que se digladiavam com armas nem sempre elegantes, forçar-nos-ia a uma explicação mais espartilhadora de tal movimento filosófico até ao ponto crítico do seu esboçamento. Não é que isso nos pareça mal, longe disso, mas seja qual for a resposta que vier a ser dada, uma só coisa é certa: ela só pode acontecer depois de termos sabido ser fiéis à silenciosa metodologia que J.P.Gomes praticou. É esta, decididamente, a memória que os organizadores desta oportuna selecta quiseram comemorar e pela qual deverão ser efusivamente cumprimentados.

Mário Santiago de Carvalho

OSWALD SCHWEMMER, *Das Ereignis der Form. Zur Analyse des sprachlichen Denkens*, München, Wilhelm Fink Verlag, 2011, 160pp.

Uma das premissas filosóficas fundamentais que atravessam a extensa obra de Oswald Schwemmer reflecte-se, mais uma vez, neste livro, a saber: a constatação da actividade simbólica do ser humano não deve desembocar numa mera análise mecanicista dos fenómenos que dela decorrem, já que é graças à contingência dos processos de mediação que são estabelecidos os nexos expressivos entre linguagem e interlocutores. Este trabalho da expressividade é, em rigor, uma condição necessária para a edificação da referencialidade do signo, mormente para a sua